



**A REDE LILÁS EM RONDÔNIA: PROTEÇÃO DE GRUPOS VULNERÁVEIS E
SEGURANÇA CIDADÃ SOB A PERSPECTIVA DAS MULHERES NA AMAZÔNIA¹**

**THE LILAC NETWORK IN RONDÔNIA: PROTECTION OF VULNERABLE
GROUPS AND CITIZEN SECURITY FROM THE PERSPECTIVE OF WOMEN IN
THE AMAZON¹**

**LA RED LILA EN RONDÔNIA: PROTECCIÓN DE GRUPOS
VULNERABLES Y SEGURIDAD CIUDADANA DESDE LA PERSPECTIVA DE
LAS MUJERES EN EL AMAZON¹**

Solange da Silva Silveira²

Resumo: A violência contra mulheres e crianças permanece como grave violação dos direitos humanos no Brasil, afetando desproporcionalmente mulheres negras, ribeirinhas e periféricas. Na Amazônia, a presença limitada do Estado agrava esse cenário, especialmente em Rondônia, onde a taxa de feminicídio supera a média nacional. Criada em 2020, a Rede Lilás busca integrar ações intersetoriais de proteção, mas enfrenta desafios de articulação e acesso. Este resumo pretende

¹Resumo apresentado ao GT 4 - Justiça de Gênero, Sexualidade e Direitos Reprodutivos, no VI Congresso Internacional DHJUS – Futuros Possíveis. Programa de Doutorado e Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça.

² Graduada em medicina, especialista em ginecologia e obstetrícia e mestranda pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (PPG/DHJUS) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Atua como médica na Maternidade Municipal Mãe Esperança em Porto Velho-RO onde integra a Rede Lilás. E-mail: solangedasilvasilveira@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2440165349202107>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-8152-5068>



apresentar o planejamento de um projeto que propõe analisar criticamente sua atuação em Porto Velho, a partir das experiências de vítimas e profissionais da saúde, utilizando abordagem qualitativa e interseccional, com o intuito de compreender barreiras institucionais, práticas de cuidado e efetividade da rede frente aos princípios de equidade de gênero, justiça social e segurança cidadã. Espera-se contribuir para fortalecimento das políticas públicas e elaborar produtos técnico-científicos voltados à realidade amazônica.

1. INTRODUÇÃO

A violência contra mulheres e crianças é uma das mais graves violações de direitos humanos no Brasil, afetando principalmente grupos vulneráveis, atravessados por questões de raça, classe, gênero, idade e localização (BRASIL, 2023). Apesar de avanços como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), ainda existem obstáculos estruturais que dificultam a efetivação desses direitos, especialmente em regiões periféricas e na Amazônia Legal, onde a presença do Estado e a qualidade dos serviços públicos são precárias.

Em Rondônia, a situação é crítica: a taxa de feminicídio (2,6 por 100 mil mulheres) é quase o dobro da média nacional (1,4/100 mil), mostrando falhas institucionais e desigualdades no acesso à saúde, segurança e assistência social (FBSP, 2023). Na região, mulheres ribeirinhas e periféricas enfrentam barreiras territoriais e sociais que dificultam o acesso às políticas públicas, agravando a violência (ONU MULHERES, 2011).

Como resposta, o governo estadual criou em 2020 a Rede Lilás, política pública que integra saúde, assistência social, segurança, justiça e educação para oferecer atendimento humanizado às vítimas de violência (PORTO VELHO, 2025). Entretanto, ainda persistem problemas de articulação entre setores, comunicação



falha, falta de capacitação e dificuldades de atendimento em áreas remotas, comprometendo a efetividade da rede.

Nesse cenário, torna-se imprescindível aprofundar a análise das experiências de usuárias e profissionais da Rede Lilás, considerando que ambas enfrentam barreiras institucionais e múltiplas formas de opressão. Ao discutir essas vivências sob a perspectiva da interseccionalidade, é possível compreender como o gênero, raça, classe social e território se entrelaçam e impactam nas trajetórias de violência e no acesso às políticas públicas na Amazônia (COLLINS, 2019; AKOTIRÊNE, 2018).

Este trabalho é o esforço inicial de um projeto de pesquisa em desenvolvimento, onde pretende-se apontar dados secundários e análises de contextos socioculturais. Portanto, o objetivo deste resumo é apresentar uma proposta de pesquisa que irá analisar criticamente a atuação da Rede Lilás em Porto Velho, Rondônia, com foco nas experiências de mulheres (vítimas e profissionais de saúde), avaliando as práticas de cuidado, barreiras institucionais e a efetividade da rede, considerando os princípios de equidade de gênero, justiça social e segurança cidadã na região amazônica.

De modo específico, pretende-se compreender as experiências das usuárias da Rede Lilás quanto ao acolhimento, acesso e resolutividade dos atendimentos; investigar as percepções das profissionais sobre os desafios institucionais e a articulação intersetorial; identificar barreiras enfrentadas por mulheres negras, ribeirinhas e periféricas no acesso à rede de proteção; analisar a atuação da Rede Lilás sob os princípios da equidade e justiça social; e, por fim, propor



recomendações para o fortalecimento das políticas públicas locais, com base nas evidências empíricas produzidas pelo estudo.

2. METODOLOGIA

Este resumo tem como objetivo descrever o planejamento de um projeto de pesquisa que pretende analisar a rede Lilás sob a perspectiva de mulheres amazônidas. O trabalho que será executado futuramente, empregará uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, fundamentada em uma perspectiva crítico-feminista interseccional, com foco na atuação da Rede Lilás em Porto Velho, Rondônia. O campo empírico contempla mulheres vítimas e profissionais de saúde vinculadas à rede, considerando diversidade etária, étnico-racial e territorial.

A coleta de dados será realizada por entrevistas semiestruturadas, presenciais ou remotas, registradas mediante consentimento informado, abordando experiências de acesso, acolhimento, práticas institucionais, desafios intersetoriais e sugestões para fortalecimento da rede. Complementarmente, será feita análise documental dos marcos legais e normativos que regem a Rede Lilás, visando identificar lacunas e potencialidades.

As entrevistas serão transcritas e analisadas por Análise de Conteúdo Temática, com auxílio do *software* MAXQDA, articulando categorias dedutivas e indutivas. A triangulação entre dados empíricos e documentais permitirá uma análise crítica fundamentada em epistemologias feministas negras, justiça reprodutiva e interseccionalidade.

O estudo seguirá os princípios éticos (Resolução do CEP/CONEP nº 466/2012 e nº 512/2016) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).



Ademais, será garantido sigilo, anonimato e proteção das participantes, promovendo um ambiente seguro e respeitoso para o compartilhamento de experiências.

3. RESULTADOS ESPERADOS

Esta pesquisa espera impactar de forma significativa a Rede Lilás em Porto Velho, Rondônia, ao aprimorar práticas de cuidado, superar barreiras institucionais e aumentar a efetividade dos serviços, com foco em equidade de gênero, justiça social e segurança cidadã.

Ao mapear as experiências das usuárias, serão identificados desafios e potencialidades no acolhimento, acesso e resolutividade, especialmente entre mulheres negras, ribeirinhas e periféricas. A análise das profissionais trará um diagnóstico dos desafios institucionais, como articulação intersetorial e limitações estruturais, indicando possibilidades de aprimoramento.

Dessa forma, é possível demonstrar enfrentamento efetivo da violência exige a promoção da autonomia, da dignidade e da melhoria das condições de vida das mulheres, especialmente das que se encontram em maior situação de vulnerabilidade (RIBEIRO, 2018; COLLINS, 2019).

Com base na sistematização das barreiras enfrentadas por grupos vulneráveis, serão elaborados um Manual Intersetorial de Fluxos e Práticas de Atendimento e um Roteiro de Capacitação Intersetorial. O manual trará orientações para acolhimento, articulação entre setores e atenção às necessidades específicas das mulheres amazônicas. O roteiro será destinado à formação de equipes de



saúde, segurança, assistência social, educação e justiça, abordando gênero, interseccionalidade e direitos humanos.

Os resultados serão apresentados na XI Semana da Diversidade Humana do Centro Universitário São Lucas, em outubro de 2026, promovendo o diálogo entre universidade, profissionais e movimentos sociais. O estudo tem potencial para fortalecer políticas públicas e a segurança cidadã na Amazônia, ao propor protocolos baseados em evidências e promover a proteção de mulheres e populações vulneráveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Painel de dados da violência contra a mulher.** Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br>. Acesso em: 10 jun. 2025.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do Empoderamento.** São Paulo: Boitempo, 2019. Disponível em: https://nenp.ufms.br/files/2024/09/COLLINS_Pensamento-feminista-negro-conhecimento-consciencia-e-a-politica-do-empoderamento.pdf

CRENSHAW, K. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991. Disponível em: <https://blogs.law.columbia.edu/critique1313/files/2020/02/1229039.pdf>



FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

ONU MULHERES. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010 / Organização: Leila Linhares Barsted, Jacqueline Pitanguy** – Rio de Janeiro: CEPiA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. 436p. ISBN 978-85-88222-14-4. Disponível em: https://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf.

PORTO VELHO. **Prefeitura de Porto Velho atua na campanha de combate à violência contra a mulher**. Prefeitura de Porto Velho, 2025. Disponível em: <https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/50344/agosto-lilas-prefeitura-de-porto-velho-atua-na-campanha-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher>.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/4069/material/Quem%20Tem%20Medo%20do%20Feminismo%20Negro%20-%20Djamila%20Ribeiro.pdf>.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Violência de Gênero; Justiça Social; Populações Vulneráveis; Apoio Social.